



A SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S/039/2023/XII

Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Horta, 22 de fevereiro de 2023

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar

Vasco Alves Cordeiro



REQUERIMENTO

A TRAPALHADA NO PROCESSO DO CONCURSO PARA O MATADOURO DE SÃO JORGE É MAIS UMA PROVA DE QUE O GOVERNO REGIONAL DA DIREITA NÃO CONSEGUE DAR RESPOSTA AOS AGRICULTORES JORGENSES

A 28 de outubro de 2021, na Calheta, o Governo Regional dos Açores do PSD/CDS-PP/PPM, apoiado pelo CH e pelo IL, autorizou a Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, através do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA, a proceder à abertura de um procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, mediante a realização de concurso público com vista à execução da empreitada de “Construção do Matadouro de São Jorge”, com um preço base estimado de 7.500.000,00€ (sete milhões e quinhentos mil euros). Essa autorização tomou forma através da Resolução do Conselho de Governo n.º 253/2021, de 5 de novembro de 2021.

Decidiu sobre essa matéria, decorrido um ano após ter tomado posse, apesar do Governo Regional do PS/Açores, ter deixado disponível no IAMA um projeto de execução do novo matadouro de São Jorge, já ajustado após a auscultação de várias entidades, desde setembro de 2020.

Contudo, a 25 de fevereiro de 2022, quatro meses depois, o Governo Regional da direita, deliberou alterar a redação da Resolução mencionada, atualizando o preço base estimado para 10.500.000,00€ (dez milhões e quinhentos mil euros), atendendo à conjuntura atual “nomeadamente ao aumento dos preços dos materiais de construção, a par do aumento da energia e combustíveis, bem como



do custo de mão de obra, que se refletem nos custos gerais da construção” o que impactaria no preço base inicialmente previsto e que, por isso, revelava-se “insuficiente, pelo que carece de atualização”.

Essa decisão tomou forma através da Resolução do Conselho de Governo n.º 28/2022, de 9 de março de 2022, mas, se já seria de estranhar a lentidão do Governo Regional em perceber que o preço inicial era insuficiente à data da primeira autorização, mas estranho é que, após essa alteração de preço, um longo hiato de tempo decorreu sem que ele tivesse consequências práticas

Na verdade, apenas a 4 de julho desse ano (4 meses depois), o Governo da direita anuncia o lançamento do concurso público para empreitada de construção do matadouro de São Jorge (<https://portal.azores.gov.pt/web/comunicacao/-/gacs-4533>), tendo em conta o anúncio de procedimento n.º 7848/2022, de 22 de junho de 2022, intitulado “Concurso público internacional para empreitada de construção do matadouro de São Jorge”, publicado em Diário da República, (<https://dre.pt/dre/detalhe/anuncio-procedimento/7848-2022-185092206>) a que se seguiu uma Retificação no dia seguinte (<https://dre.pt/dre/detalhe/declaracao-retificacao-anuncio/215-2022-185092241>).

A esse aviso, outro se seguiu com o n.º 1357/2022, de 12 de julho (<https://dre.pt/dre/detalhe/aviso-prorroacao-prazo/1357-2022-185988662>), publicado a 12 de julho de 2022 em Diário da República, que prorrogou, por mais 30 dias, o prazo de entrega de proposta.

Ou seja, isto significa que, desde agosto de 2022, há 6 meses, que o prazo de entrega de proposta para empreitada do novo matadouro de São Jorge terminou!!!

Há 6 meses que os Jorgenses, e em particular as associações representativas do sector agrícola na Ilha, aguardavam que o Governo Regional, o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural ou o IAMA informasse do ponto de situação e do desenvolvimento desse procedimento estrutural para São Jorge!!!



E é neste enquadramento que, sem qualquer pudor, no âmbito do debate do Plano e Orçamento para 2023, o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, quando questionado pelo GPPS/Açores sobre a matéria, finalmente informou que, agora, o executivo açoriano contava lançar “no final do ano” um novo concurso para a construção do novo matadouro de São Jorge, “não aumentando o valor”, mas realizando partes da obra com recurso a serviços próprios da administração regional.

Assim, considerando que, até à data de hoje, nada do que foi prometido ou adiantado pelo Governo Regional e, em particular, pelo Secretário Regional, António Ventura, se confirmou ou concretizou, com graves prejuízos para os lavradores de São Jorge, e para o atraso que se verificará concomitantemente no processo de certificação do futuro matadouro.

Assim, as deputadas do Grupo Parlamentar do PS/Açores abaixo-assinadas, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicitam ao Governo Regional, os seguimentos esclarecimentos:

1 – Qual a justificação para a demora na não adjudicação da empreitada de construção do novo matadouro de São Jorge, quando o prazo de entrega de proposta expirou em agosto de 2022? Solicita-se cópia das atas do júri entretanto promovidas e de eventuais despachos das entidades competentes que sobre elas recaíram.

2 – Considerando os graves atrasos entretanto verificados, tem o Governo Regional alguma nova programação prevista para o lançamento do novo concurso e subsequente início da empreitada de construção do novo matadouro de São Jorge?

3 – Tendo em conta as declarações do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural quais as partes da obra que irão ser realizadas com recurso a serviços próprios da administração regional e qual a estimativa do respetivo valor?



GRUPO
PARLAMENTAR

Partido Socialista
AÇORES

4 – Porque é que o Governo Regional não tem informado as associações representativas do sector agrícola de São Jorge das circunstâncias que envolvem os atrasos neste procedimento?

Velas, 22 de fevereiro de 2023

Os Deputados

Maria Isabel Teixeira

Patrícia Miranda